



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**ANEXO XIX**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
**COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2016**  
(Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2016		ORÇAMENTO 2016		Variação %
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	
Receita Total	29.987.071	28.388.782	32.605.929	30.868.057	8,73
Receitas Primárias (I)	28.317.465	26.808.165	30.185.644	28.576.772	6,60
Despesa Total	29.987.071	28.388.782	32.605.929	30.868.057	8,73
Despesas Primárias (II)	29.085.722	27.535.475	31.608.232	29.923.537	8,67
Resultado Primário (III) = (I - II)	(768.258)	(727.310)	(1.422.588)	(1.346.765)	85,17
Resultado Nominal	(458.892)	(434.433)	1.081.896	1.024.231	(335,76)
Dívida Pública Consolidada	6.570.888	6.220.664	7.242.449	6.856.432	10,22
Dívida Consolidada Líquida	3.975.645	3.763.746	4.808.409	4.552.125	20,95

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2016
PIB real (crescimento % anual)	1,08
IPCA (% anual)	5,63



**ANEXO XIX**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2016 - MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
(Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2016		ORÇAMENTO 2016	
	PIB (P1)	1,0108	PIB (P2)	1,0108
	IPCA (I1)	1,0563	IPCA (I2)	1,0563
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante = A/I1 (B)	corrente (C)	constante = C/I1/I2 (D)
<b>I - RECEITAS FISCAIS</b>				
<b>I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)</b>	<b>29.987.071</b>	<b>28.388.782</b>	<b>32.605.929</b>	<b>30.868.057</b>
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	15.993.909	15.141.446	15.527.588	14.699.979
I.1.1.1 - Receita Tributária <sup>(1)</sup>	15.511.680	14.684.919	15.005.694	14.205.902
I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária <sup>(1)</sup>	482.230	456.527	521.894	494.077
I.1.2 - Transferências da União <sup>(2)</sup>	7.393.290	6.999.233	4.908.208	4.646.604
I.1.3 - Demais Receitas <sup>(3)</sup>	6.599.871	6.248.103	12.170.133	11.521.474
<b>I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)</b>	<b>1.669.606</b>	<b>1.580.617</b>	<b>2.420.285</b>	<b>2.291.285</b>
I.2.1 - Aplicações Financeiras <sup>(4)</sup>	323.047	305.829	324.944	307.625
I.2.2 - Operações de Crédito <sup>(5)</sup>	1.260.273	1.193.101	1.425.537	1.349.557
I.2.3 - Alienação de Bens	7.000	6.627	589.098	557.699
I.2.4 - Amortizações	79.287	75.061	80.707	76.405
<b>Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)</b>	<b>28.317.465</b>	<b>26.808.165</b>	<b>30.185.644</b>	<b>28.576.772</b>
<b>II - DESPESAS FISCAIS</b>				
<b>II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)</b>	<b>29.987.071</b>	<b>28.388.782</b>	<b>32.605.929</b>	<b>30.868.057</b>
II.1.1 - Pessoal e encargos <sup>(6)</sup>	20.412.913	19.324.920	20.040.951	18.972.784
II.1.2 - Demais Despesas <sup>(3)</sup>	9.574.158	9.063.862	12.564.978	11.895.274
<b>II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)</b>	<b>901.348</b>	<b>853.307</b>	<b>997.697</b>	<b>944.520</b>
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida <sup>(5)</sup>	343.403	325.100	258.841	245.045
II.2.2 - Amortização da Dívida <sup>(5)</sup>	301.188	285.135	450.154	426.161
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	256.757	243.072	288.701	273.314
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-
<b>Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)</b>	<b>29.085.722</b>	<b>27.535.475</b>	<b>31.608.232</b>	<b>29.923.537</b>
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (A- B)</b>	<b>(768.258)</b>	<b>(727.310)</b>	<b>(1.422.588)</b>	<b>(1.346.765)</b>
<b>IV - RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(458.892)</b>	<b>(434.433)</b>	<b>1.081.896</b>	<b>1.024.231</b>
<b>V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA <sup>(5)</sup></b>	<b>6.570.888</b>	<b>6.220.664</b>	<b>7.242.449</b>	<b>6.856.432</b>
<b>VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA <sup>(5)</sup></b>	<b>3.975.645</b>	<b>3.763.746</b>	<b>4.808.409</b>	<b>4.552.125</b>

**NOTAS:**

(1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de 2016 à 2018, valores correntes, foram informados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002 os recursos destinados a atender as áreas de segurança, saúde e educação foram gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não constam do sistema contábil do Distrito Federal. Contudo, a partir de 2015, os recursos destinados as áreas de saúde e educação voltaram a ser contabilizados no sistema contábil do Distrito Federal.

(3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).

(4) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.

(5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal, para o período de 2016 a 2018, valores correntes, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.

(6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a 2016, foram obtidas a partir de estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de março/2015, somadas ao crescimento vegetativo de 3,5% e, também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes de anexo a esta Lei. Para 2017 e 2018, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores. As despesas da Defensoria Pública compõem o montante do Poder Executivo e será programada na Lei Orçamentária conforme as disposições desta Lei (LDO).

**Observações:**

1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior.

2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do Banco Central do Brasil, na data de referência 24/04/2015.

4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e são apenas indicativas.